

O cerco aperta-se

A «Operação Produção» em Maputo entrou, semana passada, numa nova etapa da segunda fase (fase coerciva): a verificação das casas. Várias brigadas integrando elementos das Forças de Defesa e Segurança, funcionários da APIE, elementos das estruturas da OMM e OJM, bem como chefes de quarteirões, têm estado a efectuar, desde quarta-feira, visitas a residências em diversos bairros da capital, verificando a situação, do ponto de vista legal, dos respectivos moradores, bem como a situação da conservação dos imóveis.

Esta nova etapa surge depois de, expirado o prazo para as inscrições voluntárias dos desempregados residentes na cidade, se ter iniciado a fase coerciva, que inclui a interpelação dos cidadãos na via pública para verificação dos seus documentos.

Na fase de inscrições voluntárias, muitos foram os cidadãos que se apresentaram nos respectivos Grupos Dinamizadores, declarando-se improdutivos e manifestando o seu desejo de serem integrados em tarefas produtivas,

para assim darem a sua contribuição na reconstrução nacional e na edificação em Moçambique de uma sociedade socialista. Esses cidadãos foram já todos enviados para tarefas produtivas, quer dentro, quer fora da cidade, de acordo com as suas profissões (no caso dos que as tinham) ou a sua escolha. De uma forma geral, todas essas pessoas declaram-se satisfeitas por finalmente terem podido ter uma ocupação e ser úteis à sociedade.

Entretanto, findo o prazo para as inscrições voluntárias, muitos improdutivos continuam na cidade. Na sua grande maioria, trata-se de marginais que não se voluntariaram na esperança de que, de qualquer forma, iriam escapar à operação, quer subornando elementos ligados a ela, quer falsificando documentos, quer escondendo-se nas casas, quer mudando constantemente de uma casa para outra, de um bairro para outro, para assim ludibriarem a vigilância das brigadas de controle.

Deste modo, ao ser iniciada a segunda fase da «Operação Produção» muitos des-

ses renitentes foram capturados na via pública ou por indicação dos responsáveis dos Grupos Dinamizadores e moradores em geral. As brigadas que efectuem patrulhamento e interpelam os cidadãos na via pública exigindo-lhes a apresentação dos seus documentos conseguiram nessa etapa capturar um número considerável de marginais e improdutivos, alguns dos quais com cadastro.

A vigilância popular permitiu, por outro lado, que fossem detidos muitos improdutivos que haviam conseguido escapar nos primeiros dias através da apresentação de documentos falsos. Em muitos casos, os próprios vizinhos é que denunciaram que «este indivíduo é marginal, não percebemos por que continua à solta». E acontecia muitas vezes que esses indivíduos possuíam todos os documentos aparentemente legais e em ordem. Uma verificação mais cuidada desses documentos, porque a população dizia, mostrava e demonstrava que fulano ou beltrano é há muito conhecido como mar-

ginal e muitas vezes perigoso cadastrado, permitiu constatar serem falsificados. Era não só o caso do indivíduo que possuía documentos forjados como também o daquele que circulava com documentos roubados a outra pessoa.

Mas, mesmo assim, muitos improdutivos e sobretudo criminosos continuaram à solta.

Criminosos porque são esses, em primeiro lugar, os que tudo fazem para escapar às malhas da lei. São esses que nunca encararam a hipótese de trabalhar honestamente e vivem do trabalho dos outros.

Então, porque não podem andar na rua à vontade, esconderam-se nas casas, à espera que «o vento passe» para depois prosseguirem livremente as suas acções criminosas.

Mas a «Operação Produção» foi também à habitação. Foi à habitação porque se impõe verificar como é que os ocupantes dos imóveis do Estado, portanto do Povo, os estão a conservar. Porque se impõe verificar se o cidadão

que ocupa uma casa do Estado trata com carinho e respeito um bem que é uma conquista de todo o nosso Povo. Porque se impõe verificar se o ocupante do imóvel não o utiliza para fins condenáveis.

Porque se impõe verificar se o inquilino a quem foi dada casa para viver não a transformou em centro de cangaço. Porque se impõe verificar se o bandido que não foi apanhado na rua não se foi esconder na casa que é do Povo.

E neste processo todo, a participação popular tem sido uma constante. As pessoas apresentam denúncias de casos concretos que conhecem de irregularidade. As pessoas vão até aos Grupos Dinamizadores ou até aos postos de verificação e aí apresentam as suas denúncias, as suas reservas em relação a este ou aquele morador, e as entidades competentes investigam esses casos. As vezes constata-se tratar-se de confusão ou maldade de quem denuncia, mas isso depois de uma investigação. Isto é, não é o facto de um morador



denunciar um vizinho como candongueiro que faz com que esse vizinho seja imediatamente detido. Não, há uma investigação prévia, para se apurar os fundamentos das denúncias. E então faz-se justiça.

Outras vezes, as denúncias têm fundamento e a investigação demonstra isso. E então faz-se justiça.

Noutros casos, alguém vê uma movimentação de caixotes ou outros volumes, plena noite, de uma casa para outra. Vigilante, alerta imediatamente as estruturas. Descobre-se mais tarde que alguém tentava transferir os produtos de candonga que tinha em casa para outra casa por onde as brigadas de verificação já tivessem passado.

E é assim que o Povo dá a sua contribuição para o sucesso da operação. É recebendo amável e correctamente as brigadas de inspecção das casas que os cidadãos contribuem para o sucesso da operação.

O cerco aperta-se. Com uma activa participação de todos os cidadãos honestos e conscientes, as nossas cidades ficarão finalmente livres de marginais, improditivos e parasitas. As cidades do nosso País poderão assim tornar-se aquilo por que todos nós anseamos: limpas, asseadas, alimentadas e livres de parasitas.